

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Nº 01/2017

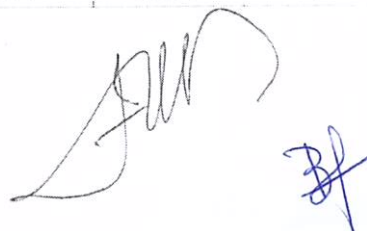
PROCESSO Nº 1.12.000.0000042/2017-21

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 03/2017

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, na Procuradoria da República no Estado do Amapá, Sala da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas - SLDE/PRAP, localizada na Avenida Ernestino Borges, 535 – Centro, Macapá-AP, o Gerente do Registro de Preços da PRAP, nos termos das Leis nºs. 8.666/93, 10.520/2002, e dos Decretos nºs 7.892/2013 e 5.450/05, das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 01/2017, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial da União e homologada pela Sra. Secretária Estadual, às fls. 251 do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços ofertados pelo fornecedor B L P GOMES-EPP, localizado Avenida Nobre, nº 565, Bairro Universidade, Cidade de Macapá/AP, inscrito no CNPJ sob o nº 08.387.405/0001-36, representado pela Sra. Bárbara Letícia Pantoja Gomes, conforme quadro abaixo:

ITEM	PRODUTO	QTD TOTAL			VALOR
		Pregão gerenciador	Total a ser registrado e limite por adesão	Limite decorrente de adesões	UNIT. R\$
2	COQUETEL OPÇÃO 2	400	400	2.000	33,67
4	COFFEE BREAK OPÇÃO 2 – POR PESSOA LANCHE INDIVIDUAL:	680	680	3.400	16,00
5	ALMOÇO/JANTAR	200	200	1.000	41,67



	OPÇÃO 1				
6	ALMOÇO/JANTAR	200	200	1.000	44,97
	OPÇÃO 2				
7	ALMOÇO OU JANTAR	200	200	1.000	26,78
	INDIVIDUAL – OPÇÃO 3: SERVIDO E EMBALADO EM PORÇÃO INDIVIDUAL DE 700 GRAMAS, INCLUSO BEBIDA E SOBREMESA.				

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Ata de registro de preços a contratação de empresa especializada em preparar, organizar, servir e entregar alimentação para eventos de interesses institucional da Procuradoria da República no Estado do Amapá, com fornecimento de toda infraestrutura necessária.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

2.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou no art. 17 do decreto 7.892/2013.

2.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Procuradoria da República não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização



de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO.

3.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

3.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;



3.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 3.7.1, 3.7.2 e 3.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

3.9.1. por razão de interesse público; ou

3.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da Procuradoria da República no Estado do Amapá – Órgão Gerenciador.

4.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar a Procuradoria da República no Estado do Amapá para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços



para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.6. Caberá ao fornecedor beneficiário, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.7. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 01/2017 que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.8. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 01/2017, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 01/2017 e seus anexos, as propostas da empresa B L P GOMES-EPP, classificada em primeiro lugar no certame supra numerado.

6.2. Fica eleito do Foro de Macapá para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

6.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e dos Decretos nºs 7.892/2013 e Decreto 5.450/05, e demais normas aplicáveis.

Macapá-AP, 28 de agosto de 2017.





IACY FURTADO GONÇALVES

Gerente de Registro de Preços da PRAP

Procuradoria da República no Estado do Amapá

CNPJ nº 26.989.715/0009-60



BÁRBARA LETÍCIA PANTOJA GOMES

Titular da empresa

BLP GOMES - EPP
CNPJ: 08.387.405/0001-36
Bárbara Letícia Pantoja Gomes
CPF: 432.346.232-87
Proprietária

NOME DA EMPRESA: B L P GOMES-EPP

CNPJ nº 08.387.405/0001-36

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

BÁRBARA LETÍCIA PANTOJA GOMES

RG: 206.835-PTC/AP CPF: 432.346.232-87

ENDEREÇO:

Avenida Nobre, nº 565, Bairro Universidade, Cidade de Macapá/AP. CEP 68.903-240

Telefone: (96) 3217-5635 / 99131-1070

E-mail: barbaraleticia323@hotmail.com

Testemunhas:



Raimundo Barbosa Silva Neto
TEC. ADM.
Mat. MPF 28540



Raimundo Elair F. Cardoso
Técnico do MPU - Administração
Mat. MPF 17183-2